

Pesquisa Regulatória em Telecomunicações *Regulatory Research on Telecommunications*

A noção de serviços públicos de (tele)comunicações a partir da ótica dos administrados-administradores: a Lei 9.612/1998 e contribuições da cidadania nas políticas públicas destinadas às rádios comunitárias

Coordenadas

Dissertação de Mestrado em Direito e Estado
Faculdade de Direito da Universidade de Brasília
Abril/2007, Brasília

Publicação (prelo): GOMES, D. A. V. **Rádios
comunitárias e cidadania: uma nova ótica
constitucional para a crise dos serviços de
(tele)comunicações no Brasil.** São Paulo: LTR, 2009

Autoria

Daniel Augusto Vila-Nova Gomes
Mestre em Direito, Estado e Constituição pela
Universidade de Brasília
Assessor Jurídico da Presidência do Supremo Tribunal
Federal

Resumo

Esta dissertação emprega a ótica dos administrados-administradores para a interpretação da legislação específica que regula o Serviço de Radiodifusão Comunitária (SRC) no Brasil – Lei n. 9.612/1998. Nesse contexto, com base nos déficits históricos e normativos das políticas públicas destinadas à radiodifusão comunitária brasileira, buscamos interpretar a categoria “serviços públicos de telecomunicações”, a partir da edição da Emenda Constitucional n. 8/1995. Nossa abordagem enfatiza, por conseguinte, a contribuição dos cidadãos e dos movimentos sociais como atores sociais legítimos que desempenharam (e desempenham) importante papel para o controle normativo e social das políticas públicas de telecomunicações. Propomos a superação das leituras tradicionais da noção de serviço público (Essencialismo e Formalismo), para compreendermos a radiodifusão comunitária como potencial serviço público de (tele)comunicação. Em conclusão, as rádios comunitárias surgem como instrumento de radicalização democrática da construção da cidadania.

Abstract

The dissertation adopts the viewpoint of the administered administrators for the interpretation of the specific laws pertaining to the Community Radio Broadcasting Service (CRS) in Brazil – Federal Statute n. 9612/1998. In this context, based on the historical and normative deficits of the political policies aimed to the community radio broadcasting in Brazil, I interpret the “public services of telecommunications” category pursuant to the

Constitutional Amendment n. 8/1995. My approach highlights, therefore, the contribution of the citizens and social movements as legitimate social actors that played (and play) important role in the normative and social control of telecommunication public policies. I propose to transcend the traditional readings of the notion of public services (Essentialism and Formalism), to understand community radio broadcasting as a potential public service of (tele)communications. In conclusion, community radios appear as instruments to shape a democratic built up of citizenship.

A constituição domada: democracia e o Conselho de Comunicação Social

Coordenadas

Dissertação de Mestrado em Direito e Estado
Faculdade de Direito da Universidade de Brasília
Julho/2007, Brasília
Disponível em meio eletrônico: Biblioteca Digital
de Teses e Dissertações da UnB
(<http://bdt.d.bce.unb.br>)

Autoria

Renato Bigliuzzi
Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília
Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade, Tempo e
Direito da UnB
Colaborador do Observatório da Constituição e da
Democracia da UnB

Resumo

Esta dissertação é uma análise do debate que conduziu à aprovação do capítulo da comunicação social da Constituição de 1988 e também uma avaliação do atual Conselho de Comunicação Social à luz dos seus objetivos constituintes. O primeiro capítulo descreve as expectativas e os resultados da discussão constituinte sobre o potencial democrático das comunicações. Nesse sentido, destaca a interação da parte mais importante desta indústria, a televisão, com os três poderes da República no período anterior à aprovação da Constituição de 1988. Em seguida, o texto identifica o surgimento, no interior da Constituinte, de um direito novo, o direito à comunicação, e analisa a importância deste direito naquele contexto. Por fim, retoma a relação problemática entre os três poderes e a indústria das comunicações, desta vez com foco na idéia de se criar um conselho para democratizar as comunicações. O segundo capítulo enfoca o Conselho de Comunicação Social. Primeiramente, trata do processo de instalação do Conselho e da definição de suas funções. Em seguida, discute a sua atuação efetiva. Por fim, destaca como foi realizada a reativação, no Conselho, de argumentos que se contrapunham ao direito à comunicação na versão constituinte, em especial a defesa da autonomia da indústria. A dissertação conclui que a diferença entre o que o Conselho de Comunicação Social *deveria ser* e o que realmente *é* é uma evidência do caráter contraditório da Constituição. Assim, o Conselho pode ser considerado um produto da Constituição

“domada” que reafirma princípios democráticos ao mesmo tempo em que dificulta a sua efetivação.

Abstract

The dissertation describes the history of the chapter on social communication of the Brazilian Constitution of 1988 and evaluates the present Board of Social Communication (Conselho de Comunicação Social) against the background of its proposed objective: a democracy based on the right to communicate. In the first chapter, I describe the expectations and the results of the constitution-making process, underlining the firm belief of some of the delegates to the Constituent Assembly of 1987 on the democratic potential of communication technologies. I focus on the interaction between broadcasting and the State. Emphasis is given to the industry's opinion regarding the three powers of the Republic. I show how it was possible to appeal to a new right, the right to communicate, in order to advance democracy in communication. Finally, I address the tension between separation of powers and the lobby of the broadcasting industry. My focus is the disagreement regarding the proposal of creating a “board” with a clear agenda of pursuing democracy in communication. In the second chapter, I address the reality of the Social Communication Board, an organization created in accordance to the final text of the Constitution of 1988. It is not difficult to conclude that the real Board is far from what the delegates had in mind. Instead of a regulator, an almost irrelevant body is to be found. The option for a Board devoid of all relevant competence not only illustrates the limiting effect of all following legislation, but also indicates that the Board may have been captured by the same interests which dismissed its necessity during the Constituent Assembly. The work concludes that the difference between what the Social Communication Board was supposed to be and what it actually is itself an evidence of the contradictory character of the Constitution. Thus, the Board is itself an evidence of the “tame Constitution” that affirms democratic principles while preventing its effectiveness.

O espaço público na TV digital de alta definição: o espaço público no contexto dos conceitos de regulação e separação de poderes – relações teóricas frente à discussão brasileira referente à digitalização da radiodifusão (TV Digital) e o respeito aos princípios de um processo regulatório

Coordenadas
Dissertação de Mestrado em Direito, Estado e
Constituição
Faculdade de Direito da Universidade de Brasília
Janeiro/2008, Brasília

Disponível em meio eletrônico: Biblioteca Digital de
Teses e Dissertações da UnB (<http://bdtd.bce.unb.br>)

Autoria
Marana Costa Beber Stefanelo
Mestre em Direito, Estado e Constituição pela
Universidade de Brasília
Procuradora Federal

Resumo

A pesquisa está contextualizada na sociedade de risco global, na sociedade da informação, em que o conhecimento redefine estruturas de poder, e no paradigma do Estado Democrático de Direito, inspirado por Jürgen Habermas, no qual os destinatários das normas são também seus autores. A teoria do direito, fundada no discurso, entende o Estado Democrático de Direito como a institucionalização de processos e pressupostos comunicacionais necessários para uma formação discursiva da opinião e da vontade, a qual possibilita o exercício da autonomia política e a criação legítima do direito. O paradigma procedimentalista do direito procura proteger as condições do procedimento democrático. A crise do Estado interventor gerou a retomada da idéia de mais sociedade e menos Estado; contudo, sendo este último ainda o grande protetor do interesse público, é preciso que a exo-regulação estatal encampe a endo-regulação social, direcionando-a para a realização dos direitos fundamentais, e não para a mera correção de falhas de mercado. Ressalte-se ainda que os processos regulatórios têm ocorrido em vários centros de produção normativa e não mais apenas no Poder Legislativo. Movimentos sociais em prol da democratização das comunicações no Brasil divulgaram a ocorrência de possíveis vícios no processo regulatório de escolha do padrão da televisão digital terrestre e aberta no Brasil. Adotada essa denúncia como hipótese de pesquisa, confrontada por elementos bibliográficos e documentais, foi analisado o desenvolvimento do processo regulatório mencionado frente aos princípios constitucionais da precaução/prevenção, informação, participação e responsabilidade/motivação/prestação de contas. A hipótese restou, em grande parte, confirmada. As estruturas de aplicação do direito não estão aparelhadas para o controle da legitimidade dos processos regulatórios, limitando-se à análise de sua legalidade. Essa deficiência dos mecanismos de controle dos processos regulatórios reforça a importância do

cumprimento dos princípios constitucionais acima referidos quando da formulação das normas regulatórias.

Abstract

The research relies upon the risk and media society – where information redefines power structures –, and the democratic rule of law paradigm, based on Jürgen Habermas' theory, in which rules addressees are also rules authors. This theory sees the democratic rule of law as the normative justification discourses, derived from the communicative power, that makes possible the existence of politics autonomy and legitimate lawmaking. The deliberative concept of democracy intends to protect the democratic procedure conditions. The Welfare State's crisis reinforces the idea of more society and less state, but, considering the latter as the great defender of public interests, the state regulation needs to embrace the social regulation in order not only to correct market failures, but mostly implement fundamental rights. Regulatory procedures, however, are enforced in many agencies, which produce original discourses of justification besides those present at the Legislative Power. Social movements for the 'communication democratization' in Brazil have pointed out the existence of vices in the regulatory procedure about the Brazilian digital terrestrial and free-to-air broadcast/television standard. Adopting this assertion as a research hypothesis, the mentioned regulatory procedure was studied to detect whether the constitutional principles of precaution/prevention, information, participation and accountability were fulfilled. The hypothesis was mostly confirmed. The enforcement apparatus is not prepared to deal with the legitimacy control of the regulatory procedures, since it is restricted to the legality analysis. This deficiency in control mechanisms reinforces the importance of the respect for the constitutional principles referred before when formulating original discourses of justification in regulation.

Judiciário e política regulatória: um estudo de casos sobre o papel das cortes e dos juízes na regulação do setor de telecomunicações

Coordenadas

Dissertação de Mestrado em Ciência Política
Departamento de Ciência Política da Universidade de
Brasília

Março/2007, Brasília

Disponível em meio eletrônico: Biblioteca Digital de
Teses e Dissertações da UnB (<http://bdttd.bce.unb.br>)

Autoria

Alvaro Pereira Sampaio Costa Júnior
Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília

Resumo

Cortes e juízes têm atuado como implementadores negativos ou positivos de políticas públicas, justificando a consolidação de uma agenda de pesquisa em torno do Judiciário. Assentada no pressuposto teórico da abordagem neo-institucionalista de que os resultados regulatórios dependem da dotação institucional dos países, incluindo as instituições do sistema de justiça, a dissertação, na forma de estudo de caso, analisa o impacto da intervenção do Judiciário nas políticas de regulação do setor de telecomunicações brasileiro. Adota como estratégia metodológica a construção de um modelo heurístico voltado para capturar os custos de transação envolvidos no processo de revisão judicial das opções regulatórias. Os resultados obtidos indicam que, no episódio da discussão da majoração tarifária em 2003/2004, um conjunto de instituições garantiu um maior grau de centralização na tomada de decisões e de controle da cúpula do sistema de justiça sobre as cortes inferiores, a despeito do diagnóstico quanto ao funcionamento do Judiciário brasileiro centrado na hipótese da incerteza jurisdicional e na dispersão das fontes de poder. O equilíbrio, com baixa incidência de custos de transação, resultou da combinação, de um lado, do papel das instituições subjacentes ao processo de tomada de decisões e do marco regulatório do setor de telecomunicações e, de outro, de uma postura dos juízes da cúpula do Judiciário Federal voltada para (i) o predomínio da regra do cumprimento obrigatório dos contratos regulatórios; (ii) a consideração da relação de causalidade entre insegurança jurídica e impactos macroeconômicos negativos no ambiente de investimentos do setor de telecomunicações; (iii) a legitimação da atuação das agências reguladoras; (iv) a intervenção mínima do Judiciário na política regulatória. A pesquisa aponta ser fundamental o esforço continuado na identificação das preferências da cúpula do sistema de justiça em relação à regulação, tendo em vista que a engenharia institucional promovida pela reforma do judiciário, ainda em andamento, vem inclinando a balança de poder em favor da hierarquia mais alta da estrutura do Judiciário.

Abstract

Courts and judges have acted as negative or positive implements of public policies, justifying the consolidation of an agenda of research on the Judiciary branch. Based on the theoretical presupposition of the neo-institutionalism in which the regulatory results depend on the institutional endowment of countries, including justice system institutions, this dissertation, as a case study, analyzes the impact of the intervention of the Judiciary in the regulatory policies of the Brazilian telecommunication

sector. It adopts, as a methodological strategy, the construction of a heuristic model designed to capture the transaction costs involved in the process of judicial revision of regulatory options. The results obtained indicate that, in the episode of discussion on tariff increase in 2003/2004, a group of institutions guaranteed a bigger degree of centralization in the decision-making process and control of lower courts by higher courts, despite the diagnosis about the performance of Brazilian judicial system centered in the hypothesis of jurisdictional uncertainty and in the dispersion of power sources. This resulted from the combination, on the one hand, of the role of institutions underlying the decision-making process and of the regulatory landmark of telecommunication sector and, on the other hand, from a behavior of the judges in the higher level of Federal Judiciary as for (i) the predominance of mandatory fulfillment rules of regulatory contracts; (ii) the consideration of causality relation between legal uncertainty and negative macroeconomic impacts in the investment environment of the telecommunication sector; (iii) the legitimation of regulating agencies performance; (iv) the minimum intervention of judiciary in regulatory policy. This research concludes that the continual effort to identify preferences of superior courts related to regulation is of great importance, considering that the institutional engineering accomplished by judicial reform, still in progress, goes on inclining the balance of power in favor of the highest hierarchy of the judicial structure.

Risco regulatório sob a ótica da nova economia institucional: uma abordagem para o setor de telecomunicações brasileiro

Coordenadas
Dissertação de Mestrado em Economia
Departamento de Economia da Universidade de
Brasília
Abril/2008, Brasília

Disponível em meio eletrônico: Biblioteca Digital de
Teses e Dissertações da UnB (<http://bdtd.bce.unb.br>)

Autoria
Leonardo Euler de Morais
Mestre em Economia pela Universidade de Brasília
Especialista em Regulação da Agência Nacional de
Telecomunicações

Resumo

Esse estudo tem o objetivo de analisar o risco regulatório no mercado de telecomunicações brasileiro, uma vez que é reconhecida a importância deste setor no que diz respeito aos investimentos diretos realizados no país, possuindo papel central no contexto de convergência tecnológica da chamada Nova Economia. Para esse propósito, a dissertação destaca a importância de considerar a análise das instituições nesta discussão. Assim, além da abordagem econômica e financeira, o risco regulatório é discutido

por meio das percepções política e legal, destacando a associação deste fenômeno com a falta de credibilidade e arbitrariedade do processo decisório da regulação. Após isso, é proposto um simples modelo econômico de teoria de jogos para entender os conflitos contratuais entre operadoras e o governo, o qual se depara com um dilema entre lograr dividendos políticos ou incorrer em custos de credibilidade, durante o processo de revisão tarifária. Por último, a análise foca o serviço fixo de telefonia e utiliza o modelo mencionado para investigar diversos aspectos da disputa legal em relação à validade do reajuste das tarifas de chamada de telefonia fixa pelo índice contratualmente definido, que sucedeu durante o exercício de 2003/2004.

Abstract

This study has the objective of analyze the regulatory risk in the Brazilian telecommunication market since it is recognized that this sector is of prime significance to attract direct investments in the country, having a central role in the context of the technological convergence of the so-called New Economy. For that purpose, the dissertation emphasizes the importance of considering the analysis of the institutions in this discussion. Thus, besides of the economic and financial approach, the regulatory risk is discussed through the political and legal view, highlighting the association of that phenomenon with the credibility lack and arbitrariness of the regulatory decision-making process. After that a simple economic game theory model is proposed to understand the contractual conflicts between the operators and the government, which faces a dilemma between political rents and credibility costs, during the revising tariff process. For last, the analysis focus the fixed telephony and use the mentioned model to investigate several aspects of the legal dispute regarding the validity of the readjust of tariffs of fixed phone calls by the price index contractually defined, which happened during 2003/2004.

Acesso à informação digital por portadores de necessidades especiais visuais: estudo de caso do Telecentro Acessível de Taguatinga

Coordenadas
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação
Departamento de Ciência da Informação e
Documentação
Universidade de Brasília
Novembro/2007, Brasília
Disponível em meio eletrônico: Biblioteca Digital de
Teses e Dissertações da UnB (<http://btdt.bce.unb.br>)

Autoria
Brigida Carla Almeida Caselli
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade
de Brasília

Resumo

Este estudo apresenta, utilizando-se a técnica de pesquisa qualitativa por entrevistas, o acesso à informação digital por portadores de necessidades especiais visuais frequentadores do primeiro laboratório de tecnologias assistivas do Brasil, o Telecentro Acessível de Taguatinga, no Distrito Federal. Caracterizou-se o perfil dos usuários em demográficos e sobre o acesso informacional digital. A coleta de dados foi realizada junto a vinte usuários que contribuíram para a análise comportamental sobre a informação digital, sua importância e seu acesso. Os usuários PNEV utilizam o computador para: trabalhar, fazer trabalhos escolares, aprender a programar, ler, entreter, “para fazer tudo”, “saber das coisas”, escrever e acessar informações. Os resultados obtidos por meio das entrevistas foram satisfatórios, atingiram as expectativas da pesquisa e revelaram diversos pontos de vista sobre o tema central desta pesquisa, constatou-se que o principal benefício da informação digital para os PNEV é o acesso à informação.

Abstract

This study presents the digital information access of visually disabled users of the ‘Accessible Telecommunication Center’ in Taguatinga, DF (Brasilia-Brazil). The qualitative interview research technique was used. The user profiles were both characterized and classified by demographic data and by their access on digital information. Twenty users were interviewed in this survey for this research on the behavioral analysis about digital information and its importance and availability for access. The disabled users of the ‘telecenter’ used computers to work, prepare their homeworks, learn computer programming, read, have fun, “do everything”, “know things”, write and access information. The major benefit of the digital information for the users was related to the access of information.

Governo eletrônico em administrações locais brasileiras: avaliação de progresso, fatores intervenientes e critérios de priorização de iniciativas

Coordenadas

Doutorado em Ciência da Informação
Departamento de Ciência da Informação e
Documentação
Universidade de Brasília
Julho/2008, Brasília

Disponível em meio eletrônico: Biblioteca Digital de
Teses e Dissertações da UnB (<http://bdtd.bce.unb.br>)

Autoria

Rinalda Francesca Riecken
Mestre em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da
Informação pela Universidade Católica de Brasília
Doutora em Ciência da Informação pela Universidade
de Brasília

Resumo

O presente estudo tem por objetivo a realização de pesquisa sobre o progresso e as práticas verificadas nas iniciativas do governo eletrônico (e-governo) nos governos estaduais e prefeituras municipais brasileiros, a fim de desenvolver um modelo e recomendações visando a favorecer a disseminação de e-governos nos municípios brasileiros. Insere-se nos temas de estudo da ciência da informação, uma vez que aborda a questão da prontidão e transformação de governos e da sociedade para o acesso e uso das tecnologias de informação e das telecomunicações (TICs). Envolve o desenvolvimento de dois métodos principais: um método para avaliar a maturidade dos e-governos estaduais e municipais; e um modelo de decisão – baseado em critérios objetivos – para orientar progressivamente a disseminação de governo eletrônico nas prefeituras municipais. A pesquisa foi desenvolvida com base em quatro estratégias. Inicialmente, verifica-se como organismos internacionais (públicos e privados) vêm medindo a prontidão da população para acesso e uso das tecnologias e o progresso em e-governo. Desse estudo resulta um quadro comparativo entre as pesquisas internacionais (rankings) analisadas, de onde se derivou um modelo experimental de avaliação de progresso em governo eletrônico. Em segundo lugar, com base nesses estudos, em pesquisa empreendida à literatura e na realização de um estudo de caso, são elaborados instrumentos de pesquisa de campo. A terceira estratégia consiste na realização da pesquisa de campo, aplicada aos governos estaduais e às prefeituras municipais, visando a testar o modelo proposto de maturidade em e-governo e levantar os elementos para atender às demais questões de pesquisa. Os resultados dessas pesquisas constituem um conjunto de experiências e práticas sobre o e-governo, permitindo concluir pelo avanço das iniciativas dos e-governos estaduais brasileiros. Por fim, a quarta estratégia consiste no desenvolvimento de um modelo estatístico e de recomendações que apoiem os governos estaduais na seleção de municípios para a implantação ou aprimoramento de iniciativas

do governo eletrônico, integrando-os em uma rede intra-estadual de informações, serviços e comunicação eletrônicos, de modo a transferir para as prefeituras municipais os avanços verificados nos e-governos estaduais.

Abstract

The study is intended to assess progress and practices within the context of Brazilian e-government initiatives at state and local levels, in view of developing a model and establishing recommendations to favor and support de dissemination of those initiatives. It is an information science issue in the sense that it deals with promptness and capabilities of public agencies and individuals in accessing and using information and communication technologies. Two methods were developed: evaluation of local governments regarding their maturity, and decision model – based on objective approaches - aimed at progressively guiding those governments. Four work strategies were established as a research guide. First, it is verified how international public and private organisms have been measuring society and government readiness for access and use of technologies. A comparative ranking of international research works is presented from which derived an experimental maturity model for e-government progress evaluation. Second, based on these studies, on literature review and on a case study, field research tools were elaborated. The third strategy consists of field survey research applied to state and local governments, for testing the proposed e-government maturity model and gathering elements related to remaining research issues. The results of these research works are contained in a set of experiences and practices on e-government that reflect the progress of Brazilian e-government initiatives. The fourth strategy consists of a statistical model and recommendations for supporting state governments in selecting municipalities for implementation or improvement of e-government initiatives, integrating them in an intra-state network of electronic information, services and communication, so that local governments could benefit from the advances verified at states level.

Longa distância: a evolução dos sistemas nacionais de telecomunicações da Argentina e do Brasil em conexão com as telecomunicações internacionais (1808-2003)

Coordenadas

Tese de Doutorado Interdisciplinar
Centro de Pós-Graduação e Pesquisa sobre as Américas
Universidade de Brasília
Junho/2007, Brasília

Disponível em meio eletrônico: Biblioteca Digital de
Teses e Dissertações da UnB (<http://bdtd.bce.unb.br>)

Autoria

Carlos Alves Müller
Doutor em Estudos Comparados sobre as Américas
pela UnB

Resumo

Esta tese sustenta que, em linhas gerais, as telecomunicações passaram por três grandes fases históricas desde o seu surgimento, há cerca de 200 anos. Depois de uma 'pré-história' em que as tecnologias foram desenvolvidas com apoio ou sob controle governamentais, as operações regulares foram exploradas de forma comercial e competitiva, virtualmente sem regulação estatal. A essa fase, seguiu-se um período caracterizado pela tendência à monopolização e à estatização (caso da Europa e da maioria dos países do mundo) ou monopolização privada sob crescente regulação estatal (como nos Estados Unidos). Esse período se prolongou da segunda metade do século XIX até o último quarto do século XX, quando se registrou uma tendência geral à privatização e à liberalização. Esta tese investiga os momentos críticos desse processo nos países que o lideraram (Estados Unidos e Grã Bretanha) e a aplicabilidade dessa periodização à Argentina e ao Brasil. Compara a evolução das telecomunicações nos dois países latino-americanos entre si e em relação à trajetória internacional. Examina como as principais correntes da teoria econômica analisaram o papel das telecomunicações nas economias nacionais e internacional e busca nessa mesma teoria, especialmente nas teorias da regulação econômica e da mundialização financeira, o instrumental teórico para compreender a evolução das telecomunicações ao longo do período estudado e as particularidades dos sistemas nacionais da Argentina e do Brasil.

Abstract

This dissertation sustains that, in broad lines, telecommunications have gone through three large historical phases since its beginning, little more than 200 years ago. After a 'pre-history' where technologies were developed with governmental support or control, telecommunication services were commercially exploited in a competitive manner, virtually without state regulation. Following this phase, there was a period featured

by monopolization trend with state-owning (the case of Europe and most countries in the world) and private monopolization under growing state regulation like in the USA. This period lasted the second half of the Nineteenth century until the last quarter from the Twentieth century when there was a general trend towards privatization and liberalization. This dissertation investigates the critical moments from this process in the countries which led it (United States and the UK) and the applicability of this periodization to Argentina and Brazil. It does a comparative analysis of the evolution from telecommunications in both Latin American countries in relation to the international trajectory. It scrutinizes how main economic theory streams analyzed the role of telecommunications in national and international economies and uses the conceptual framework from such theories, particularly the economic regulation and financial globalization theories to understand the evolution of telecommunications over the period studied and the specificities from Argentina's and Brazil's systems.

Estudo da propagação de sinal de ondas médias: contribuições para implantação da radiodifusão digital no Brasil

Coordenadas

Tese de Doutorado em Engenharia Elétrica
Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília
Fevereiro/2008, Brasília
Disponível em meio eletrônico: Biblioteca Digital de
Teses e Dissertações da UnB (<http://bdt.d.bce.unb.br>)

Autoria

Flávio Ferreira Lima
Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade de
Brasília
Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade de
Brasília

Resumo

A digitalização do sistema de radiodifusão tornou-se uma realidade e vem ao encontro dos avanços tecnológicos, proporcionando várias vantagens sobre os atuais sistemas analógicos, tais como: melhor aproveitamento do espectro de frequências disponível; redução na potência de transmissão; utilização de técnicas avançadas para correção de erros; aplicações multimídias, como imagens, dados e informações no visor; e segurança nos dados. Entretanto, as condições para recepção de sinais digitais requerem cuidados adicionais, que não são considerados nos sistemas analógicos. Este trabalho tem como objetivo auxiliar a implantação da radiodifusão digital no Brasil, fornecendo subsídios no que tange às características de propagação do canal de serviço em ondas médias. Nesse sentido, foram realizadas medidas da intensidade de campo elétrico na região central do Brasil, na cidade de Brasília-DF. Para a coleta do sinal transmitido pela emissora Radiobrás, foram utilizados equipamentos de medidas cedidos pela

ANATEL e Radiobrás. As medidas foram efetuadas em pontos fixos e móveis ao longo de seis rotas radiais, uniformemente distribuídas, com raio de 120 km cada. A partir dos dados obtidos durante a campanha de medidas, foram implementados algoritmos de predições, possibilitando comparações entre os valores teóricos e medidos da intensidade de campo elétrico. Assim, propõe-se uma metodologia para a obtenção da condutividade elétrica do solo, assim como uma solução utilizando a técnica “spline” para a obtenção do perfil do terreno. Finalmente foram realizados estudos da variabilidade do canal com receptor fixo e em movimento.

Abstract

The digitalization of the broadcasting system became a reality, providing some advantages on the current analogical systems, such as: better exploitation of the available spectrum of frequencies; reduction in the transmission power; use of advanced techniques for correction of errors; multimedia applications, as images, data and information on display and data security. However, digital signal reception requires additional caution, which is not necessary in the analogical systems. This work has as an objective to assist the deployment of the digital broadcasting in Brazil, furnishing subsidies in what it refers to the characteristics of propagation of the channel of service in average waves. Measures of the intensity of electric field in the central region of Brazil, in the city of Brasilia-DF, were carried through. For that, the signal transmitted by Radiobrás were analyzed with measure equipment provided by ANATEL and Radiobrás. The measures were implemented on fixed and mobile points throughout six radial routes, uniformly distributed, with a 120 km radius each. Algorithms of predictions were implemented on the data obtained by the measurement process, making possible comparisons between the theoretical and measured values from the intensity of electric field. Thus, a methodology for the attainment of the electric conductivity of the ground is considered, as well as a solution using the “spline” technique for the attainment of the land profile. Finally studies of the variability of the channel were carried out with both fixed and mobile receivers.

Metodologia de cálculo do espectro para suportar a evolução do sistema móvel celular

Coordenadas

Dissertação de Mestrado em Engenharia Elétrica
Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília
Outubro/2007, Brasília

Disponível em meio eletrônico: Biblioteca Digital de
Teses e Dissertações da UnB (<http://bdt.d.bce.unb.br>)

Autoria

Esdras Simões da Silva
Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade de
Brasília

Resumo

Este trabalho apresenta uma metodologia para calcular a quantidade estimada de espectro requerido para a evolução dos sistemas 3G e pós-3G, que são baseados nas recomendações da ITU-R. Por meio de uma abordagem sistemática, a metodologia proposta incorpora: definições de categorias de serviço; ambientes de serviço; ambientes rádio; análise de dados do mercado e estimativa de tráfego para essas categorias e ambientes; distribuição do tráfego entre os grupos de tecnologia de acesso rádio (RATGs); cálculo da capacidade requerida pelo sistema e da necessidade de espectro resultante. O texto contempla um breve histórico dos sistemas móveis, abordando-se a crescente demanda do mercado por comunicações sem fio, as conseqüentes mudanças do perfil de tráfego e a importância do espectro radioelétrico. Na apresentação do escopo e etapas da metodologia, serão definidos os tipos de serviço, classes de tráfego, categorias de serviço, ambientes de serviço e ambientes rádio, juntamente com os respectivos parâmetros de entrada para os cálculos propostos. Também serão definidos os grupos de tecnologia de acesso rádio e será discutida a relação entre eles, os ambientes de serviço e ambientes rádio. Propõe-se uma sistemática para obtenção da demanda de mercado e um processo para a distribuição do tráfego entre os diferentes grupos de tecnologia de acesso e entre os ambientes rádio internos a eles. O cálculo da capacidade requerida pelo sistema será realizado por meio de dois algoritmos distintos: um para a determinação da capacidade das categorias de serviço comutadas por circuito; e outro para as categorias comutadas por pacote. A partir de considerações práticas obtidas de redes já em operação, será possível realizar o cálculo da necessidade de espectro e a aplicação de ajustes necessários. A ferramenta utilizada para a simulação de cenários será validada por meio de uma aplicação prática à rede da Brasil Telecom. Os resultados da simulação de cenários considerando o uso de tecnologia 3G mostram os efeitos da variação de alguns dos principais parâmetros de entrada sobre a necessidade de espectro.

Abstract

This work presents a methodology for calculation of spectrum requirement estimation for future development of 3G and beyond-3G systems based on ITU-R recommendations. It presents a systematic approach that incorporates service category definitions, service environments, radio environments, market data analysis and traffic estimation for these categories and environments, traffic distribution among radio access technique groups (RATGs), required system capacity calculation and resultant spectrum requirement determination. The work accommodates a brief historic of mobile systems and addresses an approaching about the increasing market expectations for wireless communications, as well as consequential change of traffic profile and spectrum relevancy. On the presentation of the scope and steps of the methodology it will be defined service types, traffic classes, service categories, service environments, radio environments and related input parameters for the proposed calculation. In addition, it will be defined radio access technique group and discussed the relationship among service environments, RATGs and radio environments. Furthermore, it is proposed a systematic for collecting market expectations and a process for distribution of traffic among radio access techniques and among radio environments within each RATG. System required capacity calculation will be made by using two separate algorithms for packet-switched and circuit switched service categories, respectively. Moreover, it will be possible to make the spectrum requirement calculation and to apply the necessary adjustments taking into account practical network deployments. The tool used for simulating sceneries implements the proposed methodology and it will be evaluated after a practical application on Brasil Telecom's network. Finally, the results of sceneries simulation take into account the use of 3G technology present the effects of the variation of some main input parameters on the spectrum requirements.

A celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações e suas principais implicações

Coordenadas
Monografia Final de Especialização em Regulação de Telecomunicações
V Curso de Especialização em Regulação de Telecomunicações da UnB
Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações
Agosto/2006, Brasília
Publicação: DIAS, K. M. *A celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações e suas principais implicações*. In: **Cadernos CCOM**, vol. X, Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

Autoria
Karine Medeiros Dias
Pós-graduada em Regulação de Telecomunicações pela Universidade de Brasília e em Direito Público pelo Centro Universitário do Distrito Federal
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações
Assessora do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações
Advogada

Resumo

A finalidade do presente estudo é analisar as principais implicações advindas da celebração do termo de compromisso de ajustamento de conduta do interessado às exigências legais previsto no § 6º do artigo 5º da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei de Ação Civil Pública, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Inicialmente, contextualiza-se o tema por meio de uma abordagem acerca da natureza jurídica, da eficácia e dos limites impostos ao referido compromisso, comentando desde a divergência quanto à natureza do instituto, bem como os efeitos da sua condição de título executivo extrajudicial, até as principais vedações relativas ao seu objeto. Em seguida, passa-se ao exame da legitimidade da ANATEL frente ao disposto na Lei de Ação Civil Pública e na Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei Geral de Telecomunicações, a partir de uma análise a respeito da implantação da entidade reguladora do setor de telecomunicações no Brasil e do papel por ela desempenhado. E, por fim, são apontadas as principais implicações decorrentes do compromisso celebrado no âmbito da ANATEL. Nesse contexto, o enfoque é voltado para a análise do objetivo fundamental do órgão regulador, na qualidade de poder concedente, qual seja a prestação adequada do serviço, e as principais competências legais com vistas a assegurar o cumprimento das regras regulatórias vigentes. Vale dizer que a análise restringe-se ao regime de concessão de serviço de telecomunicações. Com isso, abordam-se também as diferenças entre os processos administrativos adotados pela ANATEL e pelo Ministério Público. Conclui-se que a adoção do compromisso é extremamente útil, contudo devem ser cuidadosamente observadas as peculiaridades decorrentes de tal distinção.

Cumpra observar que não é pretensão da presente monografia examinar todas as implicações advindas da celebração de termos de compromisso de ajustamento de conduta no âmbito da ANATEL, bem como todos os aspectos relativos aos requisitos de validade do compromisso, mas sim, a partir de uma pesquisa bibliográfica, organizar uma síntese das principais idéias acerca do tema.

Abstract

The purpose of the present study is to analyze the main results of the conduct adjustment commitment term of the interested party to the legal requirements foreseen in paragraph 6 article 5, Law 7347, of July 24, 1985, the Law of Public Civil Action, within the scope of the National Agency of Telecommunications – ANATEL. Initially, the subject is contextualized by an approach concerning the legal nature, efficacy and the limits imposed on the referring commitment. This study starts addressing divergences regarding the nature of the institute as well as the effects of its enforcement. After that the legitimacy of ANATEL is examined according to the Law 7347 and Law 9472, of July 16, 1997, the General Law of Telecommunications, the implementation of regulation of the sector of telecommunications in Brazil and the its role. Finally, the main resulting implications of the commitment celebrated within the scope of ANATEL are pointed out. In this context, the chosen approach is towards the analysis of the fundamental objective of the regulator, in other words, the adequate installment of the service and the main legal competences aiming to assure an efficient enforcement. It is important to notice that this analysis restrains itself to the telecommunications service concession regime. The differences between administrative proceedings adopted by the ANATEL and by the Brazilian Department of Justice are also addressed. The conclusion is that the adoption of the commitment is extremely useful, however the resulting peculiarities of such a distinction should be prudently observed. It is beyond the scope of this study the analysis of the resulting implications of the conduct adjustment commitment term within the scope of ANATEL, as well as the aspects related to the requirements of validity of the commitment. The focus of this study is to organize a synthesis of the main ideas on the subject from a bibliographical research.

A presença do Estado na estrutura societária da TELEMAR: um estudo de caso

Coordenadas
Monografia Final de Especialização em Regulação de
Telecomunicações
V Curso de Especialização em Regulação de
Telecomunicações da UnB
Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias
das Comunicações
Agosto/2006, Brasília

Publicação: VILLELA, M. C. V. *A presença do Estado na estrutura societária da TELEMAR: um estudo de caso*. In: *Cadernos CCOM*, vol. VIII, Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

Autoria
Marina Cruz Vieira Villela
Pós-graduada em Regulação de Telecomunicações pela
UnB
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de
Telecomunicações da ANATEL

Resumo

O presente trabalho consiste em um estudo de caso da concessionária Telemar, com enfoque no ano de 2005, visando à realização de uma análise da participação do Estado em sua estrutura societária. A principal motivação do trabalho foram os dados trazidos por um estudo realizado pelo Centro de Pesquisa em Estratégia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC, em parceria com instituições de pesquisa dos EUA, da França, da Espanha e da Itália, intitulado *Os Donos do Brasil: Analisando Padrões de Participação Societária em Empresas Brasileiras*, que verificou que o Estado, entre 1995 e 2003, reduziu muito pouco a sua participação em empresas privadas. Primeiramente foram abordados os conceitos de sociedade anônima, capital social, ações e seus valores e classificações, direito de voto e poder de controle. Em seguida foram descritos dados para verificação da organização do poder na Telemar, abordando a sua estrutura societária, as suas disposições estatutárias e os acordos de acionistas. Finalmente, no terceiro capítulo, foi realizada uma análise com base nos conceitos elucidados no capítulo 1 e nos dados trazidos no capítulo 2, onde se concluiu que a participação do Estado na estrutura societária da Telemar está apta qualificá-lo como agente direto da atividade, colocando-o em uma posição híbrida entre agente econômico e agente regulador.

Abstract

This is a case study of Telemar Norte Leste S.A. Based in 2005 data, this paper aims to analyze the participation of the Brazilian Government in the company's societal structure. This study was motivated by a research released by the Strategy Research Center of the Brazilian Institute of Capital Markets (IBMEC) in a partnership with institutions from the US, France, Spain, and Italy. The research is called 'The Owner's of Brazil:

Analyzing the Patterns of Societal Participation in Brazilian Enterprises', and argues that the Brazilian Government's participation in private companies was only slightly reduced in Brazil from 1995 to 2003. First this paper discusses the concepts of joint stock company, capital stock, stocks, as well as voting rights and power controls. This analysis is followed by an overview of the ownership structure within Telemar, which includes data from the institution's societal structure, by laws, and stockholders agreements. Finally, the third chapter analyzes the concepts and data discussed in chapters 1 and 2. This analysis concludes that the Brazilian Government's shares in Telemar enables it to be qualified as a direct agent of the market, which puts it in a hybrid position of an economic and regulatory agent.

Televisão a Cabo: artigo de luxo ou serviço de primeira necessidade?

Coordenadas
Monografia Final de Especialização em Regulação de
Telecomunicações
V Curso de Especialização em Regulação de
Telecomunicações da UnB
Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias
das Comunicações
Agosto/2006, Brasília
Publicação: BARDI, M. L. R. *Televisão a Cabo:
artigo de luxo ou serviço de primeira necessidade?*
In: **Cadernos CCOM**, vol. VII, Brasília:
Universidade de Brasília, 2008.

Autoria
Maria Lúcia Ricci Bardi
Pós-graduada em Regulação de Telecomunicações pela
UnB
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de
Telecomunicações da ANATEL

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a penetração dos serviços de Televisão a Cabo no Brasil. Inclui levantamento das informações disponíveis sobre o mercado, os assinantes dos serviços, as ações da ANATEL e o modelo de negócios das operadoras. Observa-se que mantida a atual distribuição de renda brasileira e os modelos propostos pelas operadoras, a penetração do serviço de televisão a cabo não deverá se alterar. Evidencia-se ainda que a população que hoje tem acesso à televisão a cabo no Brasil é a mesma que tem um maior grau de escolaridade, tem acesso a jornais e revistas, e acessa à Internet de suas residências por meio de conexões em banda larga. Conclui-se que a ANATEL deve continuar trabalhando para fomentar a competição no mercado de telecomunicações e que há suficiente motivação para a revisão do arcabouço legal dos serviços

de comunicação de massa, vigente desde 1962, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações - a Lei 4.117/62.

Abstract

The goal of this study is to ponder over the penetration of Cable Television in Brazil. It includes gathering of information available on market and subscribers of the service as well, action taken by ANATEL, and business models undertaken by the operators. It has been noticed that if income distribution in Brazil is maintained at the present rate, penetration of Cable TV in the country will not change, considering the models presently proposed by operators. It was also observed that the population who has access to cable TV in the country today is the same one with higher degree of education, with access to news papers, magazines, and Internet in its homes with broad band connections. We conclude that ANATEL must continue working on encouraging telecommunication market competition, and also that there are enough motivation for revision on the legal framework of mass communication services, going on since 1962, laid down by the Brazilian Telecommunications Code, Law 4117, of 1962.

Estudo das exceções de cobrança nas chamadas originadas no Serviço Móvel Pessoal com tempo de duração de até 30 segundos

Coordenadas
Monografia Final de Especialização em Regulação de
Telecomunicações
V Curso de Especialização em Regulação de
Telecomunicações da UnB
Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias
das Comunicações
Agosto/2006, Brasília
Publicação: PICOLO, J. C. *Estudo das exceções de
cobrança nas chamadas originadas no Serviço
Móvel Pessoal com tempo de duração de até 30
segundos*. In: **Cadernos CCOM**, vol. V, Brasília:
Universidade de Brasília, 2008.

Autoria
José Carlos Picolo
Pós-graduado em Regulação de Telecomunicações pela
UnB

Resumo

Historicamente a Regulamentação do Serviço Móvel prevê regras que isentam de cobrança, total ou parcialmente, as chamadas de curta duração até 30 segundos. A principal motivação para estas isenções regulamentares eram o conjunto de limitações existentes na tecnologia então utilizada nas redes dos sistemas móveis (AMPS) que apresentava um conjunto de falhas

sistêmicas que afetavam particularmente as chamadas de curta duração e geravam um conjunto de ligações nas quais não havia efetiva fruição do serviço pelo cliente. No entanto, mesmo com a eliminação das causas que motivaram as regras de isenção de cobrança nas chamadas de curta duração constata-se que a quantidade deste tipo de chamada permanece extremamente alta e que praticamente a totalidade das chamadas de curta duração até 3 segundos é decorrente do comportamento impróprio de usuários, que se valem das exceções regulamentares para realizar comunicação e transmissão de dados sem pagamento. Percebe-se então claramente que foi criada uma situação de privilégios para determinada classe de usuários, que fruem o serviço de maneira plenamente satisfatória para suas necessidades sem, no entanto, remunerarem a prestadora do serviço e em detrimento dos outros usuários que arcam indiretamente com os custos dessas chamadas. Além desse fato as chamadas de curta duração não tarifadas tornaram-se um enorme ofensor ao modelo de negócio do SMP. As várias alternativas analisadas para a eliminação dessas impropriedades no processo de cobrança das chamadas de curta duração demonstraram que a melhor proposta de solução é a aplicação integral do Tempo de Tarifação Mínimo (TTM) para todas as chamadas independente do seu tempo de duração.

Abstract

Historically, the regulation of the mobile service establishes rules which totally or partially exempt short term phone calls (up to 30 seconds) from charges. The principal motivation for this regulatory exemptions was the set of existing limitations in the technology in use at that time in the Advanced Mobile Phone System (AMPS), which presented systemic failures, which would affect, in particular, short term phone calls as well as generate a set of uncompleted phone calls. However, even after the elimination of these technical limitations, there is still a large number of short term phone calls, due to improper user behavior. These users take advantage of regulatory exceptions in order to avoid payment in data transmission. This lead to a situation of privileges for a certain class of users, whose benefits are supported the other users. Besides that, these exempt short term phone calls became a threat to the business model of the Personal Mobile Service providers. The analysis of different alternatives to eliminate these problems shows that the solution is to the full application of the minimum tariff for all phone calls without distinction of the call length.

Penetração do Serviço Móvel Pessoal no Brasil: uma análise a partir de dados por área de registro – 2004/2005

Coordenadas
Monografia Final de Especialização em Regulação de Telecomunicações
V Curso de Especialização em Regulação de Telecomunicações da UnB
Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações
Agosto/2006, Brasília
Publicação: MACÊDO, M. N. S. C. *Penetração do Serviço Móvel Pessoal no Brasil: uma análise a partir de dados por área de registro – 2004/2005*. In: *Cadernos CCOM*, vol. IV, Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

Autoria
Marluce Nazaré Siqueira Cavaléro de Macêdo
Pós-graduada em Regulação de Telecomunicações pela UnB
Gerente Operacional na Gerência de Regulamentação da Gerência de Comunicações Pessoais Terrestres da Superintendência de Serviços Privados da ANATEL

Resumo

O objeto deste trabalho é avaliar o mercado atual do Serviço Móvel Pessoal no Brasil, sob a ótica da penetração do serviço, nas várias Áreas de Registro do País, estabelecendo correlação com o grau de desenvolvimento econômico dessas áreas. Apesar das conclusões das análises desenvolvidas não apresentarem novidades significativas com relação ao comportamento do mercado e à capacidade de consumo nas diferentes Áreas de Registro, uma vez que era previsível mas não obtínhamos os dados, é inédito esse tipo de avaliação por Área de Registro no Serviço Móvel Pessoal. Com este trabalho, pretendemos identificar as Áreas de Registro de menor densidade, propor soluções tecnológicas e regulatórias alternativas para atendimento dessas áreas, de forma a atrair novos investimentos, gerar empregos e elevar o nível de renda dessas localidades. O ingresso de novas operadoras ou a ampliação dos mercados daquelas já atuantes estará condicionado à atratividade econômica. Considerando que a maior parte da população ainda sem acesso ao serviço está representada pelas classes de menor renda, deverá ser necessária a concessão de algum tipo de incentivo regulatório ou fiscal, aliado a novas soluções tecnológicas e comerciais. No capítulo final deste trabalho, estão expressas algumas hipóteses para atendimento dessa demanda. Essas soluções vêm sendo discutidas há algum tempo em diversos países, o que demonstra que essa preocupação não se restringe apenas aos países em desenvolvimento. Adicionalmente, no corpo deste trabalho há uma descrição da metodologia utilizada para compor os dados do SMP por Área de Registro e para estimativa do PIB e PIB per capita dos anos de 2004 e 2005. Os dados foram agregados nas Áreas de Registro, por classes de domicílios, população, PIB, PIB per capita, acessos móveis, densidade, grupos econômicos e modalidade de serviços. A motivação deste trabalho é

possibilitar análises mais adequadas dos condicionantes e das implicações dos processos licitatórios futuros, a avaliação de novas tecnologias e o aperfeiçoamento regulatório e comercial no SMP, apontando algumas possibilidades que poderão impulsionar a competição e a diversidade dos serviços, incrementando sua oferta de forma a atender a população de menor renda.

Abstract

The purpose of this paper is to evaluate the current market of Personal Mobile Service in Brazil, according to the penetration of the service in the regional code areas, establishing correlation with the economic development level. Despite the conclusions not presenting significant differences between the general economic and market situation and the consumption capacity of mobile services, those was predicible although the non-existence of data, this form of analysis has never published before. With this paper, we intend to identify the low-density code areas proposing technological and regulatory alternatives for attendance these areas, attracting new investments and foster the economic and social level of these localities. The entrance of new providers or the increasing of the market of present operators is conditioned by the economic attractiveness. Considering that the most of population of the low density areas is represented by low-income class, in some situations would be necessary the concession of regulatory or fiscal incentives, allied to new technological or commercial solutions. In the final chapter of this paper are expressed some hypotheses for attendance of this demand. These solutions come being to discuss in other countries demonstrating that this concern is not restricted to the developing countries. Additionally, this paper presents the methodology used to compose the data basis of the mobile accesses by area code and the forecast of GNP and GNP per capita for years 2004 and 2005. These economical data had been added in each code area by class of domiciles, density, quantity of accesses, economical groups of operators and the mode of services (pre-paid and post-paid). The motivation of this paper is allowing most adequate analysis of the consequences of new auction processes, evaluation of new technologies and the regulatory and commercial issues improvement for mobile services, suggesting some actions those would be able to increase the competition, the offer and the diversity of mobile services, in order to attend the low-income population.

Fornecimento de dados cadastrais de assinantes pelas prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC

Coordenadas
Monografia Final de Especialização em Regulação de
Telecomunicações
V Curso de Especialização em Regulação de
Telecomunicações da UnB
Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias
das Comunicações
Agosto/2006, Brasília

Publicação: PAULO, C. A. A. *Fornecimento de dados cadastrais de assinantes pelas prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC*. In: *Cadernos CCOM*, vol. III, Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

Autoria
Cristiane Aparecida Ávila Paulo
Pós-graduada em Regulação de Telecomunicações pela
UnB

Resumo

Esta monografia objetiva analisar as possibilidades de disponibilização dos dados cadastrais dos assinantes pelas prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, tanto ao público em geral como a autoridades policiais e membros do Ministério Público. Para isso, parte do estudo do direito à intimidade e privacidade, bem como da inviolabilidade do sigilo de dados, previstos pela Constituição Federal de 1988, pela Lei Geral de Telecomunicações e pela regulamentação editada pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, órgão regulador do setor. Em uma perspectiva constitucional, procura demonstrar que as informações pessoais dos assinantes dos serviços de telefonia fixa estão protegidas pelo art. 5º, incisos X e XII, da Carta Magna. Com o propósito de verificar o tratamento dado ao assunto no âmbito do setor de telefonia fixa, analisa as possibilidades de fornecimento de dados cadastrais de assinantes, previstas na regulamentação de telecomunicações. No intuito de confirmar a necessidade de autorização judicial para a violação dos direitos previstos nas normas supracitadas, examina ainda as hipóteses de acatamento de pedidos apresentados diretamente às prestadoras do serviço, pelo Ministério Público e por autoridades policiais. Com apoio em substancial doutrina e de acordo com o exame jurisprudencial, conclui-se pela possibilidade de fornecimento das informações já divulgadas através da lista telefônica de distribuição obrigatória e gratuita – LTOG, as quais se limitam ao nome, endereço de instalação e código de acesso do assinante, observando-se o direito do usuário à não divulgação de tais dados.

Abstract

This thesis deals with the possibilities in which Fixed Switched Telephony Service – STFC operators can make subscribers’ personal information available, not only to the public in general, but also to police authorities and prosecutors. In doing so, it starts with the study of the right of privacy and intimacy, as well as the inviolability of data secrecy, established by the Brazilian Federal Constitution of 1988, the General Telecommunications Law and the rules edited by ANATEL, the regulating agency of the sector. In a constitutional perspective, it tries to demonstrate that the 5th article, X and XII, of the Federal Constitution, protects STFC subscribers’ personal information. Having the purpose to verify how the subject is treated by the fixed telephony sector, it analyses the possibilities established by the regulation for making subscribers’ personal information available. Yet, with the intention to confirm the need of judicial permission for violating the rights mentioned above, it examines in what circumstances the requests presented directly by prosecutors and police authorities can be granted by the telephone companies. Supported by substantial doctrine and according to jurisprudence examination, it concludes that it is possible to inform data already included in the telephony directory (name, address and telephone number), always respecting the subscriber’s right to require that his personal information be not divulged.

O papel da central de atendimento da ANATEL para fiscalização dos serviços de telecomunicações: possibilidades de coordenação entre a atividade de atendimento de reclamações e a função satisfatória do órgão regulador no âmbito do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Coordenadas
Monografia Final de Especialização em Regulação de
Telecomunicações
V Curso de Especialização em Regulação de
Telecomunicações da UnB
Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias
das Comunicações
Agosto/2006, Brasília
Publicação: OLIVEIRA, A. M. de. *O papel da
central de atendimento da ANATEL para fiscalização
dos serviços de telecomunicações: possibilidades de
coordenação entre a atividade de atendimento de
reclamações e a função satisfatória do órgão
regulador no âmbito do Serviço Telefônico Fixo
Comutado*. In: **Cadernos CCOM**, vol. II. Brasília:
Universidade de Brasília, 2008.

Autoria
Angela Maria de Oliveira
Pós-graduada em Regulação de Telecomunicações pela
UnB

Resumo

A presente monografia tem o propósito de apresentar o papel da Central de Atendimento da ANATEL para a fiscalização dos serviços de telecomunicações, uma vez que as reclamações de usuários consumidores, além de indicar as falhas e ineficiências na prestação dos serviços, são capazes de direcionar e priorizar as ações e melhoria nos processos envolvidos. Para demonstrar as possibilidades de coordenação entre a atividade de atendimento de reclamações e a função sancionatória do Órgão Regulador no âmbito do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) foram levantados os três maiores ofensores de reclamações de usuários consumidores na Central de Atendimento da ANATEL, desde a sua implantação, que são: cobrança, reparos e atendimento. A partir de cada motivo de reclamação de usuários consumidores foram analisadas as metas de qualidade correspondentes no Plano Geral de Metas de Qualidade – PGMQ e o resultado da pesquisa de satisfação dos clientes. O trabalho aponta algumas ações positivas empreendidas pela ANATEL para melhoria do desempenho no processo de atendimento aos usuários consumidores. Traz à lume várias proposições viáveis que possibilitam o acompanhamento da prestação dos serviços, contemplando, dentre outros, a definição de metas na central de atendimento da ANATEL, além de buscar uma integração de todos os esforços que possam traduzir em melhorias na performance do Órgão Regulador, mediante a prestação dos serviços com qualidade e continuidade, dentro de um planejamento estratégico, tendo como suporte a implementação de um sistema de medição de desempenho, com o foco no usuário consumidor.

Abstract

The present thesis has the purpose to introduce the role of ANATEL's Call Center concerning the inspection of Telecommunications Services, since the claims of the consumers not only indicate the flaws and the inefficiency in the way services are provided, but are also capable to direct and to prioritize the actions and the improvements of the procedures involved in ANATEL's Call Center services. To demonstrate the possibilities of the coordination between the support of claims and the Regulatory Agency's sanctioning function in the ambit of the Commuted Fixed Telephonic Service (STFC), the three biggest consumers claims offenders in ANATEL's Call Center were raised up since its implantation, those which are: billing, repairing and support. Thus, the correspondent quality goals on the Quality Goals General Plan (PGMQ), and the result of the consumers' satisfaction

research was analyzed. The thesis also indicates some positive actions undertaken by ANATEL to improve its performance regarding consumers' attendance procedures. In addition, it also enlightens various viable propositions that make it possible the accompaniment of the services, contemplating, amongst other things, the definition of goals in ANATEL's Call Center. Moreover, it seeks an integration of all the efforts that can result on improvements in the performance of the Regulatory Agency by means of providing services with quality and continuity, into strategic planning, supported by the implementation of a system for the measurement of performance focused on the consumer.

Adoção de critérios de elegibilidade para o Acesso Individual Classe Especial (AICE) do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral (STFC)

Coordenadas
 Monografia Final de Especialização em Regulação de Telecomunicações
 V Curso de Especialização em Regulação de Telecomunicações da UnB
 Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações
 Agosto/2006, Brasília
 Publicação: REZENDE, K. C. I. *Adoção de critérios de elegibilidade para o Acesso Individual Classe Especial (AICE) do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral (STFC)*. In: **Cadernos CCOM**, vol. I. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

Autoria
 Karla Crosara Ikuma Rezende
 Pós-graduada em Regulação de Telecomunicações pela UnB
 MBA em Direito Econômico e das Empresas pela Fundação Getúlio Vargas
 Especialista em Regulação de Serviços Públicos da ANATEL
 Assessora da Superintendência de Serviços Privados da ANATEL

Resumo

A fim de possibilitar um crescente aumento no número de indivíduos com acesso aos serviços de telecomunicações, foi criada, por meio do Decreto nº 4.796, de 27 de junho de 2003, que aprovou o Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU/03), uma nova classe de assinantes para o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral – STFC, denominada Acesso Individual Classe Especial (AICE). Esta nova classe do STFC tem por finalidade a progressiva universalização do acesso individualizado por meio de condições específicas de oferta, utilização, aplicação de tarifas, forma de pagamento, tratamento das chamadas, qualidade e sua função social. Neste contexto se insere a discussão jurídica da possibilidade de fixação de critérios voltados para a eleição de segmento da sociedade para usufruto do AICE. Constataram-se exemplos de práticas de elegibilidade aplicáveis ao setor de telecomunicações nos Estados Unidos

e em Portugal, por meio de programas de universalização específicos para indivíduos com baixo poder aquisitivo. Destarte, em consonância com os objetivos da universalização e com respaldo nos conceitos doutrinários e precedentes judiciais do princípio constitucional da isonomia, pode-se concluir que a instituição de critérios de *discrímen* para acesso ao AICE, na medida em que não arbitrários e desarrazoados, em benefício da parcela da população economicamente menos favorecida, possuem ampla sustentação jurídica na legislação e na regulamentação do setor, que possui inclusive precedente similar quando no passado já subdividia as classes do STFC em Residenciais, Não Residenciais e Tronco CPCT, diferenciando as tarifas entre elas.

Abstract

In order to universalize telecommunication services, it was established, through Decree n. 4796, of June 27, 2003, which enacted the “General Plan of Universalization Goals” (PGMU/03), a new class of customers to the Fixed Switched Telephone Service dedicated to general public use – STFC, entitled Special Class Individual Access (AICE). This new class of STFC has the purpose to progressively universalize the individual access by settling specific supply conditions, tariffs in use, payment terms, calls handling, quality and social function. In this context takes place the juridical debate of whether fixed rules are needed to define the users’ profile. The thesis addressed examples of eligibility practices applicable to the telecommunications’ sector in the United States and in Portugal, mainly on universalization programs specifically designed to low income users. According to the universalization goals and based on concepts and judicial precedents related to the equal protection of law, I concluded that affirmative action for lower income classes on AICE services is fully lawful in Brazil, since Brazilian legal system already separates STFC classes as Residential, Non-Residential, and CPTC Main-Body (or Main-Lines), differentiating tariffs among them.

A implantação do Sistema de Gerenciamento Centralizado e sua compatibilidade com a regulamentação do setor de telecomunicações

Coordenadas

Publicação: FARIA, P. de. *A implantação do Sistema de Gerenciamento Centralizado e sua compatibilidade com a regulamentação do setor de telecomunicações*. In: **Revista de Direito de Informática e Telecomunicações**, Editora Fórum, v. 5, p. 159-167, 2008.

Autoria

Patrick Leonardo de Faria e Silva
Mestre em Direito pela *Ludwig-Maximilians-Universität München*
Pós-graduado em Regulação de Telecomunicações pela Universidade de Brasília
Pesquisador do Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações da UnB
Coordenador de Estudos Gerais do DF da ABDI
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações da ANATEL

Resumo

Este trabalho tem por escopo analisar os impactos da implantação do sistema de gerenciamento centralizado sobre as obrigações regulamentares das operadoras de serviços de telecomunicações nas interceptações telefônicas. Examina-se a aparente incompatibilidade entre o sistema de gerenciamento centralizado para ditas interceptações e as normas vigentes de telecomunicações. Conclui-se pela ausência de óbices legais e regulamentares à implantação do sistema.

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the impacts of the implementation of the centralized management system on telecommunication operators' regulatory obligations concerning telephone interceptions. It examines the apparent incompatibility between the centralized management system and the telecommunication law, concluding that there are no legal or regulatory obstacles to its deployment.

Gazing into the future: what will the regulation of tomorrow look like?

Coordenadas

International Bar Association's 2008 Annual Conference
Communications Law Committee
Outubro/2008, Buenos Aires
Publicação (prelo): WIMMER, M. *Gazing into the future: a closer look at regulatory trends in Brazil*. **Convergence**, 2009.

Autoria

Miriam Wimmer
Pesquisadora do Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações da UnB
Mestre em Direito Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações da ANATEL
Coordenadora da CBC 4: Desenvolvimento das Telecomunicações

Resumo

O artigo examina perspectivas futuras da regulação das telecomunicações no Brasil, um dos mais importantes mercados de mídia e telecomunicações da América Latina. Para tanto, o trabalho descreve alguns dos impactos da convergência sobre o setor de telecomunicações, avaliando possíveis respostas regulatórias; em seguida, focalizando o caso brasileiro, examina uma importante medida jurídica tomada durante o último bimestre de 2008: a aprovação de um Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações.

Abstract

The paper examines future perspectives of telecommunication regulation in Brazil, one of Latin America's most important telecommunication and media markets. For this purpose, it depicts some of the impacts of convergence on the telecommunications sector, evaluating possible regulatory responses, and then, focusing on the Brazilian case, examines an important legal measure taken during the last quarter of 2008: the approval of a General Plan for Modernization of Telecommunication Regulation.

Participação e democracia nas agências reguladoras: como se conjugam autonomia decisória, especialização técnica e participação popular na ANATEL

Coordenadas
XXXII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
Setembro/2008, Rio de Janeiro
Publicação nos anais do evento (www.anpad.org.br)

Estudo relacionado:
WIMMER, M. *A conflituosa relação entre Poder Executivo Central e Agências Reguladoras: a busca pelo equilíbrio*. **Revista de Direito do Estado**, v. 10, p. 171-194, 2008.

Autoria
Miriam Wimmer
Pesquisadora do Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações da UnB
Mestre em Direito Pública pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações da ANATEL
Coordenadora da CBC 4: Desenvolvimento das Telecomunicações

Elisa Vieira Leonel Peixoto
Pesquisadora do Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações da UnB
Mestranda em Administração pela UnB
Especialista em Direito Público pela FESMP-MG
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações da ANATEL

Resumo

O estudo tem por objetivo examinar de que modo se consubstancia a participação popular na regulação das telecomunicações no Brasil, especificamente no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. A partir de aportes teóricos diversificados, procura-se demonstrar que a participação popular, em suas diversas modalidades, é requisito essencial à legitimidade da regulação setorial por agências dotadas de altos graus de liberdade decisória e desprovidas de vínculos de hierarquia em relação ao Executivo central, constituindo um necessário e obrigatório contrapeso à sua autonomia reforçada. Embasado nessas premissas, o estudo lança um olhar crítico sobre a estrutura do setor de telecomunicações, examinando os mecanismos de participação popular previstos no âmbito da ANATEL, avaliando sua efetividade e comentando as perspectivas de mudanças previstas no Projeto de Lei n.º 3.337/04. Ao final, são descritos alguns dos fatores que podem explicar a precariedade do fluxo comunicacional entre Agência e sociedade.

Abstract

The paper aims to examine the manners by which popular participation occurs in the regulation of telecommunications in Brazil, specifically in the context of the National Telecommunication Agency – Anatel. Building on different theoretical approaches, the paper aims to demonstrate that the different modalities of popular participation are an essential requisite to the legitimacy of sector-specific regulation by Agencies, in view of their high level of autonomy and lack of hierarchical relations with respect to the central Executive Branch. In this sense, popular participation is depicted as a necessary counterweight to the high levels of autonomy these entities enjoy. Based on these ideas, the paper critically analyses the telecommunications' sector, examining the existing popular participation mechanisms at Anatel, evaluating their effectiveness and commenting the perspectives of change provided for in the Bill of Law n. 3337/04. As a conclusion, the paper describes some of the factors that may explain the fragility of communication between the Agency and Society.

Serviços públicos de radiodifusão? Incoerências, insuficiências e contradições na regulamentação infraconstitucional

Coordenadas
XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da
Comunicação
Núcleo de Políticas e Estratégia de Comunicação
Setembro/2008, Natal
Publicação nos anais do evento (www.intercom.org.br)
Publicação (no prelo): WIMMER, M., PIERANTI, O.
P. Serviços públicos de radiodifusão? Incoerências,
insuficiências e contradições na regulamentação
infraconstitucional. **Eptic Online**, vol XI, n. 1, 2009.
Disponível em
http://www.eptic.com.br/eptic_es/interna.php?c=83.

Estudo relacionado:
WIMMER, M. *Estado e serviços públicos de
radiodifusão: ameaça ou garantia a direitos
fundamentais?* **Comunicação & Política**, v. 26, p. 69-
90, 2008.

Autoria
Miriam Wimmer
Pesquisadora do Grupo de Estudos em Direito das
Telecomunicações da UnB
Mestre em Direito Pública pela Universidade do
Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de
Telecomunicações da ANATEL
Coordenadora da CBC 4: Desenvolvimento das
Telecomunicações

Octavio Penna Pieranti
Pesquisador do Laboratório de Estudos em
Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã
(LECOTEC/UNESP)
Pesquisador do Programa de Estudos em
Administração Brasileira (ABRAS/EBAPE/FGV)
Mestre em Administração Pública pela EBAPE/FGV
Doutorando em Administração pela EBAPE/FGV
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de
Telecomunicações da ANATEL

Resumo

O artigo objetiva discutir, sob uma perspectiva crítica, os problemas na regulamentação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, à luz da caracterização constitucional de serviços públicos. Para tanto, faz-se uma análise do tratamento infraconstitucional dos serviços de radiodifusão e dos instrumentos de outorga empregados, destacando-se a diferença de tratamento em relação ao regime geral de concessões de serviços públicos, as contradições entre os regimes aplicáveis aos serviços de telecomunicações e aos de radiodifusão e as deficiências no que tange à proteção dos interesses da coletividade.

Abstract

The paper aims to critically discuss some of the problems of the legal regulation of broadcasting services in view of the constitutional provisions concerning public service. For this purpose, the article analyses the infra-constitutional treatment of broadcasting services and the licensing instruments adopted in Brazil, calling attention to the differences with regards to the general treatment conferred to public service concessions, to the contradictions between the rules applied to telecommunications and to broadcasting, and to the deficiencies as far as protection of collective interests are concerned.

O direito à comunicação na Constituição de 1988: o que existe e o que falta concretizar

Coordenadas
V Colóquio Brasil-Espanha de Ciências da
Comunicação
Mesa de Movimentos Sociais
Agosto/2008, Brasília
Publicação nos anais do evento
Publicação: WIMMER, M. O direito à
comunicação na Constituição de 1988: o que
existe e o que falta concretizar. **Eco-Pós (UFRJ)**,
v. 11, p. 146-165, 2008.

Autoria
Miriam Wimmer
Pesquisadora do Grupo de Estudos em Direito das
Telecomunicações da UnB
Mestre em Direito Pública pela Universidade do Estado do
Rio de Janeiro (UERJ)
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de
Telecomunicações da ANATEL
Coordenadora da CBC 4: Desenvolvimento das
Telecomunicações

Estudo relacionado:
WIMMER, M.; PIERANTI, O. P. *The Right to
Communicate in Brazil: Historical Development
and Current Challenges*. **Global Media Journal**,
v. 7, p. 14, 2008.

Resumo

O artigo tem por objetivo examinar, à luz da Constituição Federal de 1988, os avanços e os limites no tratamento conferido pelo Estado brasileiro ao direito à comunicação. Para tanto, o trabalho foi dividido em duas partes. Na primeira parte, oferece-se uma definição do direito à comunicação e defende-se a sua natureza de direito fundamental. Na segunda parte do estudo, descreve-se, sob uma perspectiva crítica, o modo como esse direito foi tutelado na Constituição Federal brasileira de 1988, chamando atenção para os avanços alcançados e para as insuficiências ainda existentes.

Abstract

The paper aims to examine, in view of the Brazilian Federal Constitution of 1988, the advances and the limitations of the treatment conferred by the Brazilian state to the right to communication. For this purpose, the paper was divided into two parts. In the first part, the paper provides a definition of the right to communication and argues that it is a fundamental human right. In the second part, the paper examines, under a critical perspective, the ways in which the Brazilian Constitution of 1988 dealt with the right to communication, calling attention to the progress achieved and to the problems that still exist.

Perspectivas legislativas para as comunicações eletrônicas

Coordenadas
III Reunião Periódica da Comissão de Estudos
Gerais de Brasília
Associação Brasileira de Direito de Informática e
Telecomunicações
Dezembro/2007, Brasília
Disponível em www.abdi.org.br

Autoria
Miriam Wimmer
Pesquisadora do Grupo de Estudos em Direito das
Telecomunicações da UnB
Mestre em Direito Pública pela Universidade do Estado do
Rio de Janeiro (UERJ)
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de
Telecomunicações da ANATEL
Coordenadora da CBC 4: Desenvolvimento das
Telecomunicações

Resumo

O estudo pretende apresentar um panorama do atual estado das discussões referentes à elaboração de uma nova lei de comunicação de massa. Para tanto, pretende-se sintetizar os pontos mais polêmicos atualmente em debate, expor os aspectos centrais dos cinco projetos de lei em tramitação e, por fim, analisá-los de forma crítica sob a ótica dos diversos grupos de interesse envolvidos. A pesquisa é baseada no texto dos referidos projetos de lei, em notícias veiculadas na mídia especializada e nas manifestações e documentos apresentados pelas entidades participantes das audiências públicas realizadas no ano de 2007 no Congresso Nacional.

Abstract

The paper aims to present an overview of the current discussions concerning the drafting of a Bill of Law concerning mass media communications. For this purpose, it summarizes the most controversial points currently under debate, presenting the main aspects of the five different legal propositions currently under debate, and analyses them critically from the perspective of the different interest groups involved. The research is based on the drafts of the Bills of Law, on news published in the specialized press and on the manifestations and documents presented by the entities that participated in the public audiences carried out during 2007 in the Brazilian National Congress.

Pesquisas Acadêmicas no período de 2000 a 2006 em nível de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*

1. **Ação da ANATEL em face às insurgências contratuais considerando o Código de Defesa do Consumidor**/*Inez Joffily França*/III CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
2. **Acessibilidade de pessoas com deficiência aos Telefones de Uso Público**/*Marisa Corrêa Silva*/IV CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
3. **Adoção de critérios de elegibilidade para o Acesso Individual Classe Especial (AICE) do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral (STFC)**/*Karla Crosara Ikuma Rezende*/V CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
4. **Agências reguladoras no Direito dos Estados Unidos da América, As**/*Gabriel Boavista Laender*/IV CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
5. **Alternativas do Ministério das Comunicações à utilização de recursos do FUST em atendimento ao Acórdão 2.148/2005 do Tribunal de Contas da União**/*Jovino Francisco Filho*/V CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
6. **Análise comparativa das concessões de serviço público constantes nas Leis 8.987/95, 9.472/97 e 11.079/04**/*Danielle D'Emery Oliveira Gomes*/V CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
7. **Análise comparativa dos modelos de gestão adotados globalmente para a radiodifusão de sons e imagens: o confronto entre a TV generalista (aberta) e a TV fragmentada (por assinatura), Uma**/*Kleber Quintão de Oliveira*/I CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
8. **Análise comparativa dos processos de revisão tarifária dos setores de transporte, energia elétrica e telecomunicações**/*Paulo Sisanando R. de Araújo*/V CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
9. **Análise da evolução dos sistemas de telecomunicações móvel e fixo no Brasil e desenvolvimento de uma proposta para prestação de**

- serviço convergente/Bruno de Carvalho Ramos/MESTRADO** EM ENGENHARIA ELÉTRICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
10. **Análise da existência de concorrência entre as plataformas fixa e móvel no serviço básico de telefonia do Brasil/Renato Azevedo de Souza/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
 11. **Análise de reversibilidade de bens em termos de autorização, Uma/Ricardo Macedo/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
 12. **Análise de vulnerabilidade em redes sem Fio 802.11b externas/Marcus Vinicius Tinoco Gonçalves Quintella Ribeiro/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
 13. **Análise do Serviço Móvel Celular em Minas Gerais/Fernando Antônio França Pádua/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
 14. **Análise dos efeitos da privatização dos serviços de telefonia no Brasil e da implantação do marco regulatório no processo de universalização, Uma/Marcelo Nascimento Barbosa/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
 15. **Análise sob a perspectiva jurídico-econômica da relação entre sociedade e informação, Uma/Ana Jamly Veneroso Yoda/MESTRADO** EM DIREITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (2006)
 16. **Aplicação de multa à Administração Pública por concessionária de serviços públicos quando da inadimplência/Ticiane Moraes Franco/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
 17. **Aplicação do instituto da *reformatio in pejus* em processos administrativos sancionatórios/Marcus Vinicius Paolucci/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
 18. **Aspectos jurídicos da responsabilidade civil decorrente da radiação não-ionizante no serviço móvel telefônico/Sérgio Bastos Blanco/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)

19. **Aspectos jurídicos de controle de empresas prestadoras de serviços de telecomunicações/Alexandre Pereira Pinheiro/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
20. **Aspectos técnico-regulatórios para aumento da capilaridade do acesso à Internet/Rubem Jorge Dias/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
21. **Atividade de fiscalização da ANATEL perante o sigilo das telecomunicações, A/Marcos Fonseca Pelizer/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
22. **Avaliação da adequação do método licitatório para a conferência de direito de exploração de satélite brasileiro/Marcos Vinícius Ramos da Cruz/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
23. **Avaliação de conformidade de produtos de telecomunicações/Júlio César Fonseca/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
24. **Banda larga: desafios tecnológicos e regulatórios. Uma análise exploratória/Regina Cunha Parreira/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
25. **Captura regulatória por meio das obrigações de universalização dos serviços de telecomunicações/Joel Garcia de Freitas/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
26. **Celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações e suas principais implicações/Karine Medeiros Dias/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
27. **Cenário das telecomunicações e o Regulamento Geral de Interconexão, O/Núbia da Silva Ferreira de Medeiros/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
28. **Cenário de interconexão para redes de telefonia IP: aspectos de bilhetagem/Rivaldo Silva Coelho/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)
29. **Cidadão e sua participação na sociedade da comunicação: informação através do sistema Interativo de voz e imagem, O/João**

- Alberto Reis Luz/III* CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
30. **Cobrança pela utilização das faixas de domínio das rodovias federais para passagem de redes de telecomunicação de concessionárias do STFC, A/Claudia Santos/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES/2003
 31. **Compartilhamento de infraestrutura: do arranjo entre estatais ao dormindo com o inimigo/Kátia Bernardo Esteves/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2002)]
 32. **Competências do Ministério das Comunicações e da ANATEL na visão do radiodifusor, As/Fernando Antônio Ornelas de Almeida/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
 33. **Comprando serviço de telecomunicações na Administração Pública/Alessandro Luiz Escudero/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
 34. **Compras governamentais na Agência Nacional de Telecomunicações: um estudo de caso/Roberto Maia Teixeira/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
 35. **Concorrência nas telecomunicações/Marilda Moreira/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
 36. **Conflito de competência no controle dos serviços públicos de telecomunicações no Brasil, O/Francisco Gomes Jr./I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
 37. **Consequências para a ANATEL decorrentes do desvirtuamento na alocação dos recursos do FISTEL, especialmente das taxas de fiscalização/Andréia Cristina Costa/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
 38. **Constitucionalidade do repasse da cobrança das contribuições para o PIS-COFINS para a conta do usuário do STFC, Da/Daniela Allam Giacomet/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
 39. **Conteúdo na telefonia móvel: comunicação social ou telecomunicação?/Caroline Neves Camargos/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)

40. **Contingência nas interconexões: uma análise crítica, A/Gerson Carvalho Santos/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
41. **Contrato de gestão: avaliação da eficácia de sua aplicação como instrumento de controle das atividades da ANATEL/Lucimar Cevallos Mijan/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
42. **Contratos de compra e venda ao consumidor 'online' e seus aspectos legais/Sônia Maria Borges/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
43. **Controle social e a legislação de telecomunicações: aspectos do Serviço Telefônico Fixo Comutado/Marcela Sampaio de Castro/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
44. **Convergência de redes: a tecnologia das redes de próxima geração no mercado de telecomunicações/Fabíola Gomes Ribeiro/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)
45. **Convergência nos setores de telecomunicações, radiodifusão e tecnologia da informação: uma análise exploratória/William Lima Vaz/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
46. **Convergência tecnológica/Marconi Thomaz de S. Maya/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
47. **Conversão pulso-minuto: alteração da tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado local prestado em regime público no Brasil/Marcelo Rodrigues/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
48. **Cooperação internacional em telecomunicações: proposta de uma nova estrutura institucional para o Brasil/José Eduardo de Alencar Moreira/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
49. **Defesa do usuário do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)/Luiz Otávio Gomes Sanromã/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)

50. **Demandas sociais e a regulação da radiodifusão, As/Evelin Maciel Brisola/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
51. **Desenvolvimento de procedimento para determinação dos níveis de Radiação Não Ionizante (RNI) em locais multi-usuários/Itamar Barreto Paes/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
52. **Desestatização da economia, a privatização de empresas estatais, o programa brasileiro de desestatização, a privatização das telecomunicações brasileiras: a instituição de um marco regulatório, A/Ricardo Lopes Figueira/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
53. **Devido processo legal administrativo e a Agência Nacional de Telecomunicações, O/Luciano Costa/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
54. **Direito dos usuários e as obrigações das concessionárias na prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, O/Antônio Kleber Lima/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
55. **Discricionariedade técnica e função normativa em setores regulados e sua identificação na Lei Geral de Telecomunicações/Jaqueline Mainel Rocha de Macedo/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
56. **Do imperador às pessoas simples do povo: a universalização da telefonia pública no Brasil/José Marwell de Oliveira Filho/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
57. **Do ponto de vista jurídico, pode o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) ser prestado em regime privado?/Jaques Antônio Checcucci/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
58. **Eficácia regulatória da ANATEL: uma visão subjetiva, A/Orlando de Luca Júnior/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
59. **Eficiência econômica na utilização do espectro de radiofrequência/Maria Aparecida Muniz Fidelis da Silva/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)

60. **Equilíbrio econômico-financeiro nas concessões de serviços de telecomunicações, O/Luiz Fernando Fauth/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
61. **Equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado Local, O/Matuzalém Braga dos Santos/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
62. **Espaço público que o público não conhece: os conselhos de usuários, O/Suely Fátima Matos Alvernaz/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
63. **Estratégias para a introdução da portabilidade de códigos de acesso no Brasil/Fábio Mandarino/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
64. **Estratégias para o reajuste tarifário do Serviço Telefônico Fixo Comutado: modalidade local/Carlos Eduardo de Barros Couto/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
65. **Estrutura do mercado de televisão por assinatura no Brasil, A/Yonne Medeiros Luz Ramos/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
66. **Estudo das exceções de cobrança nas chamadas originadas no Serviço Móvel Pessoal com tempo de duração de até 30 segundos/José Carlos Pícolo/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
67. **Evolução da telefonia móvel no Brasil: a busca pela inserção na sociedade da informação, A/Andréa Cristina Braga Novo/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
68. **Evolução das comunicações no Brasil/Tarcila Lins T. de Carvalho/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
69. **Evolução dos Serviços Móveis Celulares Pessoais, A/Carmem Cintia Mendonça/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES/2003
70. **Evolução e impasses do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM): uma análise preliminar/Walter de Souza Lobato/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)

71. **Evolução tecnológica das operadoras de telefonia móvel celular rumo à 3ª Geração – Overlay CDMA 1XRTT/Vinicius Oliveira Caram Guimaraes/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)**
72. **Expansão do acesso a TV Senado/Francisco José Vasconcelos Zaranza/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)**
73. **Externalidades negativas nas comunicações: radiointerferências prejudiciais/Célio José da Costa/I CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)**
74. **Fidelização no âmbito da telefonia móvel celular, A/Leticia Alves Gomes/III CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)**
75. **Fornecimento de dados cadastrais de assinantes pelas prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)/Cristiane Aparecida Ávila Paulo/V CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)**
76. **Frequência e órbita: elementos regulatórios e estratégicos para o Brasil/Vania Maria da Silva/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)**
77. **Função reguladora: preparativos e perspectivas para a abertura de mercado em 2002/Fabiana Guedes/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)**
78. **Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)/Valter Rodrigues da Silva/IV CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)**
79. **Fundo de universalização, políticas públicas e o resgate da cidadania/Jorge Robichez Penna /II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (2003)**
80. **Harmonização dos interesses e direitos dos usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado, prestado em regime público, com os princípios da livre iniciativa e da justa competição, A/Ottomar Lustosa Mascarenhas/I CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)**
81. **Inclusão digital/Jorge Luis da Silveira/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (2003)**
82. **Infraestrutura essencial no setor de telecomunicações: uma introdução à precificação do acesso/Roberto Teixeira Alves/III CURSO**

- DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
83. **Instituição do macro-processo “Garantia Metrológica” na ANATEL, com vistas à melhoria da eficácia das inspeções técnicas/José Ângelo Amado/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
 84. **Instituto da renúncia nos serviços de telecomunicações, O/Meri Olívio Chiodelli/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
 85. **Integração de outorgas no Sistema Regulatório de Telecomunicações Brasileiro, A/Carla Simões Clementino /V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
 86. **Intercepção das comunicações telefônicas à luz da legislação brasileira/Maria das Graças de Oliveira e Silva/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
 87. **Interconexão: um modelo de descontos progressivos sobre a taxa de utilização de rede interurbana (TU-RIU)/José Rolim da Silveira/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
 88. **Interconexão de redes de telecomunicações e as arbitragens/Silvinio Vergílio Bento/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
 89. **Interconexão de redes e compartilhamento de meios para o serviço de longa distância/Rosângela Menezes Lima/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
 90. **Interconexão e a remuneração pelo uso de redes de telecomunicações no Brasil a partir da desestatização, A/Leandro Cunha da Silveira/MBA** EM GESTÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)
 91. **Interconexão e o bypass no Brasil, A/Edson Kiyoshi Araki/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
 92. **Internet e o poder regulatório do Estado, A/Salvador de Oliveira Jr./I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
 93. **Internet via satélite/Pedro José dos Santos/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)

94. **Intervenção do Estado na atividade econômica: a universalização da telefonia fixa/Regina Bittencourt Freitas/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
95. **Introdução a tecnologia de VoIP e a numeração de VoIP no Brasil/Vital Felipe dos Santos/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
96. **Lei Geral de Telecomunicações e o Código Brasileiro de Telecomunicações/Reginaldo José Rocha Lemos/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
97. **Liberdade de expressão e o Direito na Sociedade da Informação: um enfoque sobre mídia, globalização e regulação, A/Noemi Mendes Siqueira Ferrigolo/MESTRADO INTERINSTITUCIONAL DE DIREITO E ESTADO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2002)**
98. **Limites de competências para utilização de antenas na exploração do Serviço Móvel Pessoal/Mariney Maglioni Gonçalves/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
99. **Limites legais para a prestação do serviço de rede de transporte de telecomunicações, Os/Cristiene Abadia E. dos Santos/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
100. **Medição do STFC local: um estudo de caso à luz da Teoria Política Positiva da Regulação/Virgilio José de Aguiar/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
101. **Medições isotrópicas de energia não ionizante na faixa de 100 KHz a 3 GHz/Dilermando de Araújo Cruz/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
102. **Missão do Órgão Regulador e reestruturação do Sistema Brasileiro de Telecomunicações/Dante Corrêa Gomes/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
103. **Modelagem institucional do setor de telecomunicações e a proposta de ajuste do modelo de agências reguladoras do Governo Lula da Silva: uma caracterização da política setorial do Governo do Partido dos Trabalhadores para as telecomunicações, A/Luiz Fernando Concon Liñares/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)

104. **Modelo de análise de concentração de propriedade dos meios de comunicação, Um/Israel Fernando de Carvalho Bayma/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
105. **Modelo institucional de repartição de competências entre CADE e ANATEL: prevalência da regulação sobre a proteção da concorrência, O/Carlos Jacques Vieira Gomes/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
106. **Monitoragem do espectro: o papel da monitoragem do espectro de radiofrequência nas ações do órgão regulador de telecomunicações/José Luis Alckmim de Barros/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)
107. **Mosaico das telecomunicações: regulação e a sociedade/Lourival Alves Nunes/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
108. **Next Generation Networks: o que muda no cenário das telecomunicações com a implementação das Redes de Próxima Geração/Juliana Ladeira Marques Camárcio/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)
109. **Next Generation Networks (NGN)/Geraldo Magela Benício Júnior/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)
110. **Novo marco regulatório europeu: breve histórico, características e impactos da adoção do conceito de PMS no Brasil, O/Sandro Luís Palanca/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
111. **Organização do Estado brasileiro para a defesa da concorrência/Fernando Silva de Andrade/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
112. **Origem das agências reguladoras no Brasil, A/Gierck Guimarães Medeiros/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
113. **Papel da central de atendimento da ANATEL para fiscalização dos serviços de telecomunicações: possibilidades de coordenação entre a atividade de atendimento de reclamações e a função sancionatória do Órgão Regulador no âmbito do Serviço Telefônico Fixo Comutado**

- (STFC), O/Angela Maria Oliveira/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
114. **Poder normativo do Executivo e a separação dos poderes, O/Juliana de Oliveira Rézio/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
115. **Poder regulador da ANATEL e a intervenção na Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), O/José Expedito Freitas/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
116. **Processo administrativo na âmbito da ANATEL, O/Lucia Helena Machado Makhlouf/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
117. **Processo de capacitação dos servidores na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL): proposição da adequação do sistema de gestão de capacitação, O/Nilton Carlos Anjos da Silva/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
118. **Provimento de capacidade de cabo de fibra óptica como insumo para prestação de serviços de telecomunicações, O/Patricia Andréa Tedesco/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
119. **Resolução administrativa de conflitos: mecanismo regulatório fundamental/Ana Luiza Vieira Valadares Ribeiro/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
120. **Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e a ANATEL: uma análise exploratória, O/Anamaria Bastos e Silva/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
121. **Uso eficiente do espectro a serviço da competição: o caso do MMDS, O/Paulo Roberto da Costa Silva/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
122. **Papel da ANATEL no combate à exclusão digital, O/Zaldino Frisso Júnior/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
123. **Papel das organizações internacionais no marco regulatório das telecomunicações no Brasil, O/Ana Lúcia Palhano Leal/I** CURSO DE

- ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
124. **Penetração do Serviço Móvel Pessoal no Brasil: uma análise a partir de dados por área de Registro (2004/2005)**/*Marluce Nazaré Siqueira Cavalero de Macêdo/V* CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
125. **Plano de Metas de Qualidade e sua aplicabilidade frente ao modelo competitivo, O**/*Cristina Gonçalves Nogueira/I* CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
126. **Políticas do audiovisual no Brasil e o anteprojeto de lei da ANCINAV, As**/*Marcus Augustus Martins/IV* CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
127. **Políticas públicas voltadas para a manutenção das “Espelinhos” no mercado das telecomunicações**/*Gabriel Claude Joseph Daou/II* CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
128. **Portabilidade de código de acesso: a nova identidade numérica**/*Ailton Marques Fonseca/IV* CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
129. **Possibilidade de inversão do ônus da prova em favor do consumidor no processo administrativo, Da**/*Daniel Andrade Fonseca/V* CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
130. **Pressupostos para precisão do preço mínimo da outorga de autorização de uso de radiofrequências associada à autorização para exploração do Serviço Móvel Especializado (SME), com o emprego da tecnologia de “trunking”, para licitação na ANATEL**/*Carlos Rodrigues Borges Júnior/IV* CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
131. **Prestação de TV a Cabo no Brasil: possíveis alterações regulamentares necessárias à adequação de serviço ao regime traçado pela Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/97), A**/*Carlos Roberto Rodrigues dos Santos/V* CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
132. **Problemática do controle social na ANATEL, A**/*Emerson Silva Masulo/IV* CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)

133. **Projeto de Lei que propõe a criação da Agência Nacional de Defesa do Consumidor e da Concorrência - uma abordagem crítica**/Ana Luiza Azevedo de Mello/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
134. **Promoção e gestão da ética na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)**/César Franklin Bombonato/IV CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
135. **Proposição de um modelo de disseminação, conscientização e parceria para implementação dos programas de universalização**/Janine Pimenta Rabelo Góis/III CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
136. **Proposta de criação de uma base de dados centralizada como solução para o impasse existente na transferência de cadastro de assinantes entre as operadoras de serviços de telecomunicações**/Adriana Duarte de Carvalho/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
137. **QOS em redes para tráfego de dados multimídia**/Antônio Marcos Ferreira de Oliveira/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)
138. **Questão de pessoal para as agências reguladoras: proposição de um modelo de gestão de pessoas baseado em competências, A**/Matuzalém Batista Pereira/III CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
139. **Radiações Não Ionizantes emitidas pelas Estações Rádio Base do Sistema Móvel Celular: emissões irradiadas nos meios urbanos e a preocupação da sociedade**/Satiro Antonio Alves Cardoso/IV CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
140. **Rádio digital na faixa de onda média a as peculiaridades da cobertura por onda de superfície**/José Márcio Rodrigues Viana/V CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
141. **Radiodifusão comunitária: uma visão social**/Gil Ribeiro Filho/I CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)

142. **Rede determinista e suas aplicações, A/Jair José da Silva/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)
143. **Regulação das telecomunicações em cenário de mudança, A/Carlos Octávio Ribeiro de Carvalho/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
144. **Regulação do uso do espectro radioelétrico para telecomunicações: a coordenação do uso de frequências, A/Haroldo Pazini Mota/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
145. **Regulação jurídica e *Lex Mercatoria*: limites e possibilidades de atuação do Órgão Regulador/Jussara Costa Melo/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
146. **Regulação sobre certificação e homologação de produtos para telecomunicações – a análise histórica da certificação de produtos no setor de telecomunicações, A/João Sardeiro Mota de Alcântara/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
147. **Regulamentação da interconexão das redes do STFC no novo modelo de prestação de serviços de telecomunicações no Brasil, A/Rogério Zacchi R. da Silva/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
148. **Regulamentação da prestação de serviços de telecomunicações por meio de escritórios/Wanderson Douglas Marconi/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
149. **Relativa independência decisória da ANATEL e o poder de supervisão do Ministério das Comunicações sobre matéria de políticas públicas para o setor de telecomunicações, A/Flávio Rogério da Mata Silva/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
150. **Revenda do Serviço Telefônico Fixo Comutado/Jorge Luiz da Silva Correia/IV** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)
151. **Reversibilidade dos bens das empresas que migram do Serviço Móvel Celular para o Serviço Móvel Pessoal/Rosaria Prestes César**

- Bussacos/III CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)*
152. **Sala do cidadão: cidadão participante versus cidadão protegido/João Batista Furtado Filho/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)**
 153. **Serviço de Comunicações Digitais (SCD) e FUST: abordagem de teoria positiva/Ângela Beatriz Cardoso de Oliveira Catarcione/IV CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)**
 154. **Serviço IP sobre uma rede óptica metropolitana/Hugo de Oliveira Moraes/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)**
 155. **Serviços de telecomunicações e radiodifusão: aspectos criminais/Raimundo Juarez Neto/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)**
 156. **Serviços de Valor Adicionado aos serviços móveis/Carlos Alberto Moraes Diniz/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)**
 157. **Serviços privados de telecomunicações: a mudança do paradigma na prestação dos serviços de telecomunicações e sua aplicação no Serviço Móvel Pessoal – SMP/Bruno de Carvalho/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)**
 158. **Serviços públicos e a autorização de serviços de telecomunicações: aspectos controversos do novo ambiente regulatório/Rodrigo de Oliveira Fernandes/I CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)**
 159. **Sigilo das comunicações e os limites para sua oponibilidade face à agência reguladora dos serviços de telecomunicações/Vera Lúcia Burato Marques Sieburger/IV CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)**
 160. **Sistema de telefonia móvel (GSM)/Rodrigo Neves Martins/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)**
 161. **Sistematização da metodologia e da divisão de competências adotadas pela ANATEL para a averiguação do cumprimento das obrigações de universalização por concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado a partir da instituição do Plano Geral de**

- Metas para Universalização/Fabiana Dias Sampaio/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
162. **Subsistência das TVs por Assinatura no Brasil, A/Thelma F. W. B. de Carvalho/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
163. **Superposição de competência entre a ANATEL e o Ministério das Comunicações/Denise Costa Granja/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
164. **Telecomunicações sem fio com o Padrão IEEE 802.11/Eugenio Luis Morais de Souza/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)
165. **Televisão a cabo: artigo de luxo ou serviço de primeira necessidade?/Maria Lúcia Ricci Bardi/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
166. **Televisão digital: viabilidade de seu uso como instrumento de inclusão digital/Walkyria Menezes Leitão Tavares/V** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)
167. **Transmissão de TCP/IP via satélite, seus problemas e evolução/Flávia Gualberto de Cerqueira/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)
168. **TV digital: uma análise regulatória e o cenário das contrapartidas econômicas/José Ronaldo de Paiva Avelar/III** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
169. **Unbundling – desagregar os elementos de rede é essencial para a competição no Brasil?/Carlos José Lauria Nunes da Silva/I** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
170. **Universalização da telefonia fixa: experiência brasileira/Zélia Gois Gadelha Dias/II** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
171. **Universalização de serviços públicos na INTERNET para o exercício da cidadania: análise crítica das ações do Governo Federal/João Batista Simão/MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)**
172. **Universalização do acesso aos serviços de telecomunicações no Brasil: acesso às redes de faixa larga, A/Bruno da Gama Monteiro/I**

- CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2000)
173. **Universalização x inadimplência: reflexos do conflito que se tornou a principal barreira à efetiva universalização do acesso aos serviços básicos de telecomunicações**/*Gleide de Souza Mateu Peres*/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
174. **Utilização da tecnologia DWDM em redes metropolitanas e de longa distância: uma visão introdutória**, *A/Marilda Soares de Oliveira*/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 2003)
175. **Utilização das vias públicas pelas prestadoras de serviços de telecomunicações**, *A/Modesto Ponciano de Freitas*/II CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2001)
176. **Valor da remuneração da rede e sua importância para desenvolvimento da telefonia móvel**/*Luciano José Stutz Ferreira*/V CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)

Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação em Direito e de Iniciação Científica

1. **Agências reguladoras como meio de ampliação da democracia na prestação dos serviços públicos, As/Melina Barroggi Philippsen/PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (2007)**
2. **Cláusulas essenciais do contrato de concessão de serviços públicos de telecomunicações/Antonela Diana Luz Teixeira Motta/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)**
3. **Controle do conteúdo da programação televisiva: limites e possibilidades/Rosa Maria Pinto Amaral/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)**
4. **Controle dos atos administrativos da ANATEL via ações de consumo, O/Raphael Marcelino de Almeida Nunes/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)**
5. **Controle externo das agências reguladoras: fundamentos e limites da competência do Tribunal de Contas da União, O/Guilherme Henrique da La Rocque Almeida/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2004)**
6. **Colisão de direitos fundamentais: a tensão entre a inviolabilidade da imagem e a liberdade de expressão e de informação no âmbito das Comissões Parlamentares de Inquérito/Marina Cruz Vieira Villela/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2005)**
7. **Defesa interativa da concorrência em mercado regulado: a articulação institucional como dever jurídico, A/Kissy Aides Santos Pinheiro/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)**
8. **[Des]necessidade de regulamentação da voz sobre IP/Daniela Figueiredo Oliveira França/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)**
9. **Dever de universalização de serviços no setor de telecomunicações brasileiro, O/Dayseanne Moreira Santos/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)**
10. **Direito e Internet: censura e liberdade. A Internet e a crise dos**

- direitos autorais/Germano Oliveira Henrique de Holanda/PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (2000)**
11. **Discricionariedade técnica e poder normativo das agências reguladoras brasileiras/Jaqueline Mainel Rocha/ TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2002)**
 12. **Entraves do modelo regulatório brasileiro para a efetivação da plena convergência no setor das telecomunicações, Os/Gierck Guimarães Medeiros/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)**
 13. **Equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviços públicos: aspectos da questão do Estado subsidiário, O/Pierre Luigi Silva/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)**
 14. **Estudo da utilização da função normativa em atos da Agência Nacional de Telecomunicações/Germano Oliveira Henrique de Holanda/PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (2001)**
 15. **Função normativa da Agência Nacional de Telecomunicações: constitucionalidade, legalidade e legitimidade, A/Germano Oliveira Henrique de Holanda/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)**
 16. **Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e a proposta de criação do Serviço de Comunicações Digitais formulada pela Agência Nacional de Telecomunicações, O/Denianne de Araújo Duarte/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2005)**
 17. **Interpretação constitucional da regulação setorial em telecomunicações, A/Otávio Augusto Drummond Cançado Trindade/PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (2002)**
 18. **Interpretação constitucional da regulação setorial em telecomunicações, A: análise das formas de arrecadação de receitas/Marcelo Palis Horta/PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (2002)**
 19. **Ordenamento constitucional como parâmetro de limitação do poder discricionário administrativo, O/Alex da Silva/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2005)**
 20. **Poder normativo da ANATEL: legitimidade, legalidade e constitucionalidade, O/Daniel Osti Coscrato/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE**

- CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
21. **Princípio da transparência administrativa frente ao princípio da dignidade da pessoa humana e as razões de Estado: o Governo digital, O/Luiz Akutsu**/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2005)
 22. **Princípio da universalização e a evolução dos serviços universais de telecomunicações no Brasil/Ricardo Lustosa Pierre**/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
 23. **Regime jurídico das redes de telecomunicação e os serviços de telecomunicações, O/Gabriel Boavista Laender**/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2003)
 24. **Serviços públicos nas relações de consumo, Os/Renata Velozo Maffia**/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2005)
 25. **Sistema constitucional da regulação econômica/Fábio Lima Quintas**/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2002)
 26. **Unificação de licença para prestação de serviços de telecomunicações: pressupostos e questionamentos referentes à sua aplicação no Brasil, A/Artur Coimbra de Oliveira**/TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (2006)